



Abaixo os cortes na educação: pelo pagamento imediato das bolsas de estudo e residência

No apagar das luzes do governo Bolsonaro, a educação federal recebe outro duro golpe no seu orçamento, um novo bloqueio bilionário. Já é o quinto só neste ano. O corte no final de setembro durou pouco e logo foi liberado. Isso porque o impacto eleitoral foi rapidamente sentido por Bolsonaro. No dia 28 de novembro, durante o jogo do Brasil na Copa, o governo anunciou um corte na educação de R\$ 1,4 bilhões, sendo R\$ 344 milhões retirados das contas das universidades. O Decreto nº 11.269, de 30 de novembro de 2022, zerou por completo a autorização para desembolsos financeiros durante o mês de dezembro.

Mais de 200 mil pesquisadores de mestrado, doutorado etc., da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de 14 mil médicos residentes dos hospitais federais, entre eles o Hospital São Paulo, ligado à Unifesp, estão sem receber seu pagamento de dezembro. Chama a atenção que o governo tenha informado a equipe de transição que não pagaria as bolsas e não os próprios bolsistas que ficaram sabendo através da mídia que não poderiam pagar seus aluguéis, transporte, comprar comida etc.

O POR denunciou, em um manifesto do dia 18 de outubro, que o governo retomaria os cortes depois das eleições, e que sendo assim, a única forma de combater essa política era não transformar os atos do dia 18 em palanques eleitorais para a eleição da chapa Lula/Alckmin, mas fazer das diversas manifestações o ponto de partida para uma luta nacional pelas condições de vida dos explorados, o que inclui as condições para estudo (permanência estudantil), bem como fazer a luta contra as reformas já implementadas, trabalhista, previdenciária e teto de gastos, e a reforma que está por vir, a administrativa. Essa foi a linha política adotada pelo partido contra os cortes do governo Bolsonaro. Não confiar nas eleições, confiar apenas em nossas próprias forças coletivas e em nossos métodos de luta. Isso porque a eleição não resolve a profunda crise econômica, apenas substitui um governo burguês por outro.

O caminho adotado pelas entidades ligadas à educação foi outro. Colocaram todas as suas forças na eleição de Lula e confiaram que o novo governo resolveria todos os problemas deixados por Bolsonaro. As poucas semanas de trabalho da equipe de transição já tem mostrado que isso não será tarefa fácil, nem possível. Tudo indica que em 2023 haverá uma nova recessão na economia mundial, o que tem relação direta com o prolongamento da Guerra na Ucrânia e com as tendências gerais do capitalismo em decadência. Foi preciso uma série de acordos e concessões para que a equipe do novo governo colocasse a PEC de Transição, aquela que pretende furar o Teto de Gastos, na pauta de votação com chances de aprovação. Como se vê a necessidade de colocar abaixo o Teto de Gastos, que sustenta os cortes, não faz parte dos planos do futuro governo Lula. A Andifes, Andes, UNE e outras entidades têm participado ou se reunido com a equipe de transição de governo. O papel dessas entidades nesse processo tem sido alimentar a equipe de transição com dados, e receber promessas de que o governo Lula irá avaliar a implementação das

políticas necessárias apresentadas por essas entidades.

Diante do corte de bolsas, a primeira resposta da UNE e Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) foi a pior possível: lançar uma campanha de twitaço. A pressão sobre essas entidades foi tão grande que no dia seguinte convocaram para uma paralisação nacional dos bolsistas no dia 8. Essa resposta ainda é insuficiente. Afinal, não pode ser um movimento corporativo dos bolsistas afetados. É necessária uma luta de todas as esferas ligadas à educação, federal, estaduais e municipais, pois esses cortes afetam direta ou indiretamente todo o setor. Temos de exigir o financiamento integral das universidades e institutos federais por parte do Estado, conforme o orçamento calculado pelas Assembleias Gerais Universitárias, compostas por estudantes, professores e técnico-administrativos, com voto universal. Além da luta no campo da educação é preciso compreender que sem a unificação das lutas contra todos os ataques que têm sofrido os explorados nos últimos anos, como a redução dos salários, desemprego, terceirização etc., esse movimento terá alcance muito limitado.

O Teto de Gastos está no DNA desses cortes. A reforma Trabalhista está no DNA do desemprego, do rebaixamento da força de trabalho, da informalidade e da terceirização, é esse o papel das reformas antinacionais e antipopulares. Assim, o movimento tem de buscar uma firme unidade no campo da independência de classe, erguer uma frente única anti-imperialista pelo não pagamento da dívida pública, pela reestatização do que foi privatizado e revogação das reformas que representam ataque aos serviços voltados à população e sirvam para a proteção dos capitalistas.

A tarefa imediata do momento é organizar a luta pela derrubada dos cortes orçamentários e das medidas que atingem as condições de ensino e trabalho. Um passo firme para erguer um movimento nacional em defesa da educação abrirá caminho para a luta mais ampla dos explorados e da juventude oprimida. Deve expressar as necessidades reais de quem trabalha e estuda. Deve dar uma resposta decisiva aos cortes do governo Bolsonaro, mas servirá também para mostrar ao novo governo que não terá vida fácil e que os explorados vão combater toda e qualquer forma de ataque às condições de vida.

***Abaixo os cortes no orçamento da educação!
Pelo pagamento imediato das bolsas de estudo e
residência!***

Abaixo o Teto de Gastos!

***Pela unidade dos explorados em luta por um
programa próprio de reivindicações!***

***Que as centrais sindicais e movimentos organizem
imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com
paralisações e bloqueios.***

***Que preparem uma greve geral em defesa dos
empregos, salários e direitos trabalhistas!***